



Ata da reunião ordinária do mês de março do COMDH

No dia 25 de março de 2026, às 9h, o Conselho Municipal de Direitos Humanos de São Leopoldo realiza, no auditório do COL, sua reunião ordinária do corrente mês para deliberar sobre os seguintes pontos de pauta: leitura e aprovação da ata de fevereiro de 2026; apresentação do novo Diretor de Direitos Humanos da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, preenchimento das vagas nas Comissões do Conselho e relatos do trabalho desenvolvido, as questões sobre SEDES e COMDH - membros e composição do conselho, site e liberação do e-mail, finalizando com os informes das Conferências de ODS e Mês da Mulher. Presidente Allan Krahn, às 9h e 20min, dá boas-vindas e confere na lista de presença se há quórum para garantir as deliberações sobre a pauta proposta. Os trabalhos seguem com a leitura da ata do mês de fevereiro, por Janaína Souto, membro da mesa-diretora, sendo apontados apenas três ajustes: trocar o ano de 2025 para 2026, destacar como participação o número de entidades e não de conselheiros e identificar os governamentais como representantes. Assim, sendo aprovada por unanimidade. Seguimos para o segundo ponto do dia com a saudação do presidente Allan à presença do novo diretor de Direitos Humanos, senhor Tarso Boelter, que, antes da sua fala, sugere que todos possam dizer quem são e seus lugares de atuação. Ele se apresenta como sociólogo, defensor dos Direitos Humanos, com disposição para o diálogo com a sociedade civil e receptivo às críticas que o COMDH levantar sobre a atuação da pasta daqui para frente, ajustando o que for possível quanto às insatisfações do Conselho geradas antes dele assumir a gestão. Faz um panorama extenso de todas as políticas, ações e parcerias que sua pasta está dando continuidade e dos acolhimentos das demandas das coordenações dos demais conselhos que estão ligados à sua Diretoria. Apresenta a potencialização do DISQUE 100 como sendo de grande importância para o desenvolvimento do trabalho da gestão dos direitos humanos. Salienta que reconhece a necessidade urgente de ajustar fluxos administrativos e de informações entre sua Diretoria e o Conselho e, neste momento, saúda a vinda de Tatiane Souza, servidora da SEDES, que tem a função de Secretária dos Conselhos para dar suporte administrativo qualificado ao COMDH. Na sequência seguem as manifestações das conselheiras e conselheiros: Selenir Kronbauer(EST) saúda a presença do atual diretor e pede que ele fale mais sobre sua trajetória nos Direitos Humanos e sua relação com a cidade; Camila Soares(COL) afirma que o COMDH não é um apêndice da Diretoria, é um órgão autônomo, fiscalizador e que no ano passado tivemos e-mail bloqueado, muitas dificuldades por falta de conhecimento do papel do Conselho, que nossa Conferência foi cancelada duas semanas antes da data marcada, falta de informações sobre recursos voltados para a área contidos em outras rubricas da gestão municipal e que são necessárias para o planejamento da Comissão de Finanças do COMDH; Daniel Passaglia(PROAME) fala que essa mudança de Secretaria para Diretoria altera a importância de condições para avaliar, propor e construir as políticas de direitos humanos e estabelecer a

transversalidade na gestão e que tínhamos a informação que a SAS, a partir da incorporação da SEDHU, se chamaria Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos e isso não aconteceu; Tiago Graube(EST) afirma que seria importante saber qual é entendimento da gestão sobre Cidadania e Direitos Humanos e o que fundamenta a ação da SEDES com a população em situação de rua; Presidente Allan saúda a oportunidade da vinda do Diretor depois de toda a instabilidade e do indevido cancelamento da Conferência, e frisa que a DDH não fica apenas na questão de acolhimento que deve também viabilizar direitos; Salete Souza(UBM)saúda a vinda da equipe da Diretoria e afirma que com o desgaste e a redução desse espaço de gestão, quem perde é a sociedade e aproveita sua fala para pedir um olhar especial da SEDES quanto à fome e saúde das meninas e mulheres, que há depoimentos de falta de insumos nos CRAS; Luciane Linck(SERPАЗ) relata que a mesa-diretora pediu audiência com prefeito para esclarecer o desmonte da SEDHU e quem nos atendeu foi a Secretária da SEDES, que a PGM suspendeu a Conferência, que mudanças na Lei aconteceram sem nosso conhecimento; Vilene Moehlecke(DDH) fala que tem questões mínimas que devem ser organizadas, unir forças com o controle social e a gestão trabalhar com um planejamento anual junto ao Conselho e a implementação de políticas públicas, ela se apresenta como representante da DDH no Conselho e assume a vice-presidência do COMDH; Tatiane Souza(SEDES) se diz surpresa com a posição da outra secretária do Conselho sobre acesso aos e-mails do COMDH, Aline(SEDES) responde ao pedido da conselheira Salete dizendo que o benefício eventual não é uma política de segurança alimentar e que famílias são assistidas por cestas básicas não por situações específicas. Após a fala da conselheira Luciane, Diretor Tarso pediu um aparte devido ao avanço da hora e o cumprimento de outra agenda, reiterando questões que já havia apresentado no início sobre ajustar fluxos, acolher as demandas administrativas e de trabalho conjunto da Diretoria com o COMDH, que está aberto a criar oportunidade para aprofundar o debate sobre cidadania e direitos humanos. Restando pouco tempo ainda para votar a pauta, presidente Allan retoma o ponto das comissões identificando a falta de membros na de Políticas Públicas e na de Registro de Instituições e pergunta ao pleno se alguma comissão se reuniu para desenvolver seu planejamento. Não havendo resposta favorável, duas sugestões foram apresentadas. A Conselheira Janaína Souto(UBM) sugere que se possa utilizar uma hora dentro da próxima plenária do COMDH para as comissões se reunirem e traçarem minimamente seu trabalho. Selenir Kronbauer pede para se verificar as competências de cada uma e mobilizar para a ação imediatamente, podendo agilizar isso pelos grupos específicos acionados pela secretária dos conselhos. Sobre as substituições de entidades titulares e a ausência das representações governamentais, fica definido que a mesa-diretora fará a identificação e providenciará o comunicado oficial. No informe final, Daniel Passaglia traz o entendimento do advogado do PROAME que não há ilegalidade no ato do poder executivo ter encaminhado alteração da Lei do Conselho sem dar qualquer notificação prévia ao COMDH, isso posto no campo jurídico, o que não invalida a nossa percepção sobre o uso de um método antidemocrático e de desrespeito com um instrumento legítimo de controle social. Já superado o tempo da plenária, damos por encerrada a nossa reunião ordinária registrando a próxima data de encontro deste pleno, dia 22 de abril de 2026, às 9h . A presente ata foi secretariada por mim, Janaína Souto, que a assinarei junto ao presidente do COMDH, Allan Krahn.

